



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14576 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

PROGRAMAS DE VOUCHERS EM EDUCAÇÃO – SUA CONCEPÇÃO ENQUANTO MERCADORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO NEOLIBERALISMO DE MILTON FRIEDMAN

Evandro de Carvalho Lobão - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FEUSP

PROGRAMAS DE VOUCHERS EM EDUCAÇÃO – SUA CONCEPÇÃO ENQUANTO MERCADORIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO NEOLIBERALISMO DE MILTON FRIEDMAN

Resumo – Busca-se apresentar para debate algumas ideias expressas na obra do economista Milton Friedman, na qual enfatiza o mercado enquanto regulador das atividades educacionais. Trata-se fundamentalmente da noção de voucher em educação, expressa na obra, de 1962, *Capitalismo e Liberdade*. Metodologicamente, articula-se a noção conceitual com o conjunto da obra do autor, com as ideias centrais do liberalismo e com o processo histórico em curso.

Palavras-Chave – Educação. Friedman. Neoliberalismo. Vouchers.

1] Introdução – No capitalismo contemporâneo, desde a década de 1970, verifica-se a ocorrência de um processo progressivo de subordinação das relações educacionais ao processo mais geral de acumulação de capital (D-M-D’). Nesse âmbito, os programas de vouchers em educação, desde as décadas finais do século XX, vêm sendo implementados em diversos sistemas educacionais pelo mundo e, ao mesmo tempo, analisados por inúmeras referências bibliográficas (aqui e no restante desse trabalho optamos por utilizar o termo em inglês *voucher*, ao invés de traduzi-lo pela palavra “cupom”, ou mesmo “vale”, já que esse termo já entrou no léxico da conversação em português, sobretudo entre educadores).

1.1] A esse respeito, dada a relevância do entendimento dos fundamentos teóricos dos programas de vouchers em educação para a compreensão do processo histórico de mercadorização da educação escolar, aqui busca-se apresentar para debate algumas ideias expressas na obra do economista Milton Friedman, na qual enfatiza o mercado enquanto

regulador das atividades educacionais.

2] Metodologia – Epistemologicamente, adota-se aqui a perspectiva do marxismo. Metodologicamente, tomando por referência desde algumas formulações de Marx, expressas nas *Teses sobre Feuerbach*, nos *Grundrisse* e n’*O Capital*, até a visão panorâmica expressa nas formulações de GOLDMANN (1988), FREUND (1977) e LÖWY (2003), procuramos trabalhar com a análise dos produtos da cultura em seu contexto sócio-histórico mais amplo, num movimento progressivo e regressivo entre o concreto e o abstrato – tal como expresso, por exemplo, por Goldmann (1967): tomando a obra escrita (literária, filosófica, teórica) como “um conjunto preciso e limitado de fatos empíricos” (p. 05).

2.1] Milton Friedman teve uma extensa carreira enquanto economista, da década de 1930 à de 1990, abordando um amplo espectro de problemas econômicos; entre os economistas de linhagem liberal, foi aquele que mais intensamente tratou de questões educacionais. Como objeto de investigação e debate, privilegia-se a parte de sua obra de caráter mais programático, na qual são expressas suas formulações a esse respeito, basicamente em *Capitalism and Freedom (Capitalismo e Liberdade)*, de 1962, em que apresenta em linhas gerais a estrutura teórica de suas formulações. A seguir, sua formulação será contextualizada no conjunto de sua obra, no ambiente histórico e intelectual em que floresceu, bem como no debate político de sua formulação (por quem fala e para quem fala).

3] Análise e Discussão dos Resultados.

3.1] Liberalismo. A expressão “liberalismo” é polissêmica, entretanto, o que unifica esses significados é que se referem ao indivíduo, mais precisamente à relação em que o indivíduo se afirma perante a sociedade; característica própria dessa relação é o individualismo, a ação racional do indivíduo cujo objetivo é realizar seu interesse individual (note-se, algo distinto de egoísmo). Entre meados do século XVII e meados do século XIX, podemos falar, grosso modo, num período de liberalismo clássico, que tratou da política e da economia – aqui, nos concentramos no chamado liberalismo econômico. Ao tratar das questões econômicas, o liberalismo fundamenta-se numa concepção de indivíduo cujo interesse é maximizar seus ganhos econômicos, obter a maior renda possível por meio do menor dispêndio possível de recursos (seja trabalho, sejam bens materiais).

3.1.1] Formulação precursora: Adam Smith. Para Smith, a “mão invisível” (*invisible hand*) do mercado produziria a harmonização entre os interesses individuais e o interesse geral. Smith atribui ao Estado três funções, que se restringem: (a) à manutenção da segurança externa (em relação a outros Estados), (b) à garantia da lei (segurança interna, o que inclui a propriedade privada e os contratos) e (c) ao provimento de certos serviços essenciais de utilidade pública – ou seja: “certas obras públicas e certas instituições públicas que nunca podem ser do interesse de algum indivíduo, ou pequeno número de indivíduos, criar e manter, porque o lucro nunca pode compensar o gasto” (SMITH, 1952, p. 300). Sua principal tese é que o mercado é o melhor regulador dos processos educacionais. Ao discutir o papel do Estado no financiamento

da educação, entende que o que move o Estado a assumir responsabilidade pela educação da população é aquela sua segunda função (referida anteriormente), ou seja, a segurança interna. Nesse sentido, entende que o Estado deve agir de modo a garantir às pessoas comuns (*common people*) o aprendizado daquelas que considera as partes mais essenciais da educação, isto é: ler, escrever e contar. A certa altura dessa obra, quando faz um comentário crítico sobre o modo de funcionamento das bolsas de estudos concedidas por fundações de caridade, Smith imagina uma situação em que o estudante que a recebe estaria livre para escolher (*free to choose*) em qual instituição educacional iria se matricular, e considera os efeitos disso para a emulação entre tais instituições – vale registrar:

As fundações de caridade para a concessão de bolsas de estudo... necessariamente vinculam um certo número de estudantes a certos colégios, independentemente de todo mérito desses colégios particulares. Se os estudantes dessas fundações de caridade fossem deixados livres para escolher o colégio que eles achassem melhor, tal liberdade talvez pudesse contribuir para estimular alguma emulação entre os diversos colégios (SMITH, 1952, p. 333).

3.1.2] Neoliberalismo. Em reação ao keynesianismo, tanto o teórico, quanto o prático, constituiu-se o neoliberalismo. Programaticamente, sua gênese ocorreu na conhecida reunião de *Mont Pèlerin*, em 1947, que reuniu pensadores que buscam restaurar, em pleno capitalismo contemporâneo, as políticas típicas do capitalismo liberal dos séculos XVIII e XIX; ou seja, numa expressão, o Estado mínimo. Desde os governos de Pinochet no Chile, Thatcher no Reino Unido e Reagan nos EUA, as políticas de caráter neoliberal passaram a predominar tanto nas posturas adotadas pelas instituições multilaterais, quanto nas políticas implementadas pelos mais diversos países.

3.2] Milton Friedman. Em suas formulações, enquanto pressuposto, entende que a educação possui uma importância fundamental para as sociedades democráticas: “Uma sociedade democrática e estável é impossível sem um grau mínimo de alfabetização e conhecimento por parte da maioria dos cidadãos e sem a ampla aceitação de um conjunto de valores. A educação pode contribuir com ambas condições” (FRIEDMAN, 1975, p 86). Essa contribuição consiste nos ganhos sociais, que fortalecem a democracia, obtidos com a educação de cada um dos integrantes dessa sociedade – acerca disso, diz: “os ganhos com a educação de uma criança são desfrutados não só pela criança ou por seus pais, mas também pelos outros membros da sociedade. A educação do meu filho contribui para o seu bem-estar pela promoção de uma sociedade democrática e estável” (FRIEDMAN, 1975, p 86). Sendo assim, extrai como consequência que a educação deve ser obrigatória para todos – “O mais óbvio seria exigir que cada criança recebesse pelo menos um mínimo de educação escolar de um tipo específico. Tal exigência poderia ser imposta aos pais...” (FRIEDMAN, 1975, p 86).

3.2.1] Estado. É a partir da concepção da obrigatoriedade de uma educação escolar mínima para todos que Friedman passa a discutir o papel do Estado na educação. Em termos

econômicos, entende que a educação de uma pessoa produz ganhos de renda não só para essa pessoa, mas também para aquelas que se encontram no seu entorno, sendo que não é possível forçar os que se encontram nesse entorno a recompensarem economicamente, pelos ganhos auferidos, aquele que foi educado e propiciou tais ganhos – na terminologia por ele utilizada, a educação apresenta certo “efeito lateral” significativo (*significant “neighborhood effect”*), sendo que: “Presumivelmente, o ganho social é maior para os níveis mais baixos da educação escolar... e declina continuamente na medida em que aumenta o nível da educação escolar” (FRIEDMAN, 1975, ps 88-9). Nesse sentido, para ele tal “efeito lateral” justifica o financiamento da educação pelo Estado – nas suas palavras: “a imposição de um nível mínimo requerido de educação escolar e seu financiamento pelo Estado podem ser justificados pelos ‘efeitos laterais’ da educação escolar” (FRIEDMAN, 1975, p 89). No entanto, embora o Estado deva impor a educação a todos e a financiar em nível básico, o autor não encontra motivos para que a escola seja estatal – a esse respeito, desenvolve argumentos para sustentar que: “a administração das instituições educacionais pelo governo, a ‘nacionalização’ de boa parte da ‘indústria da educação’, é muito mais difícil de justificar” (FRIEDMAN, 1975, p 89).

3.2.2] Mercado. Então, a partir da proposta de educação para todos, obrigatória e financiada pelo Estado, bem como da escola fora da esfera estatal, Friedman passa a tratar do mercado enquanto regulador dos processos educacionais. A certa altura da obra em questão, desenvolvendo em termos mais concretos aquela referida imaginação de Smith que só teria condições de florescer no século XX, ele esboça sua concepção do modo ideal de funcionamento do sistema educacional:

O governo poderia exigir um nível mínimo de educação escolar, financiada dando aos pais *vouchers* com uma determinada soma máxima anual por filho, a ser gasta em serviços educacionais “aprovados”. Os pais poderiam usar livremente essa soma e qualquer outra adicional acrescentada por eles próprios na compra de serviços educacionais numa instituição “aprovada” de sua própria escolha. Os serviços educacionais poderiam ser fornecidos por empresas privadas operando com fins lucrativos ou por instituições sem finalidade lucrativa. O papel do governo estaria limitado a garantir que as escolas mantivessem certos padrões mínimos, tais como a inclusão de um conteúdo mínimo comum em seus programas, da mesma forma que atualmente inspeciona restaurantes para garantir que eles mantenham padrões sanitários mínimos (FRIEDMAN, 1975, p. 89).

3.2.3] Mercadorização da educação escolar. Basicamente, propõe que a educação tenha dois polos, que podem ser entendidos nos termos econômicos das forças interagentes no mercado educacional. O lado da oferta é representado pelas instituições educacionais aprovadas pelo governo, que concorrem entre si para matricular a maior quantidade possível de estudantes e, assim, maximizar sua receita. O lado da demanda é representado pelos pais dos estudantes,

dotados de vouchers e livres para escolher pela matrícula de seus filhos, entre diversas instituições educacionais aprovadas pelo governo, naquela que lhes parecer a melhor, de acordo com os seus critérios. Em relação a esse mercado, ao Estado caberia aprovar as escolas que dele poderiam participar e fornecer o voucher aos pais que nelas matriculariam seus filhos – ele ressalta os efeitos benéficos disso: “Se os atuais gastos públicos na educação escolar fossem postos à disposição dos pais independentemente de para onde eles enviariam seus filhos, uma ampla variedade de escolas poderia surgir para satisfazer a demanda” (FRIEDMAN, 1975, p 91). Além de possibilitar o surgimento de uma ampla variedade de escolas, esse modo de funcionamento do sistema educacional levaria à emulação entre as escolas, sendo que ainda permitiria que o mercado regulasse o salário dos professores – diz: “A injeção de competição poderia fazer muito para promover uma saudável variedade de escolas... E teria o benefício de tornar os salários dos professores sensíveis às forças de mercado” (FRIEDMAN, 1975, p 93).

4] Considerações Finais – Na perspectiva da crítica radical do liberalismo, na atualidade do capitalismo a ampla maioria da população encontra-se numa situação de alienação em relação ao processo e ao produto do trabalho, bem como em relação ao gênero humano. Na medida em que se desenrola concretamente o processo de mercadorização da educação, os mecanismos de precificação das mercadorias e serviços educacionais decorrem das expectativas de valorização dos mesmos, o que é condicionado fundamentalmente pela publicidade. Ou seja, o mercado consiste fundamentalmente no regulador das atividades educacionais e, considerando-se a racionalidade econômica expressa pelos economistas, a Economia acaba por colonizar a Pedagogia, cujo raio de ação é por ela delimitado – vale dizer, cujos critérios próprios de legitimidade na busca pela verdade na educação são condicionados pelos imperativos do mercado (contexto em que as propostas liberais abrem caminho para o fim da Pedagogia enquanto disciplina científica).

Referências

FREUND, Julien. *A Teoria das Ciências Humanas*. Tradução de . Lisboa: Ed. Sodicultur, 1977.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalism and Freedom*. 14^a ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1975.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Free to Choose: a personal statement*. New York: Avon Books, 1979.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. *Tyranny of the Status Quo*. Orlando: Harcourt Brace Jovanovich Publishers, 1984.

GOLDMANN, Lucien. *Ciências Humanas e Filosofia: o que é Sociologia?* Tradução de Lupe Cotrim Garaude e José Arthur Giannotti. 11^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

GOLDMANN, Lucien. O Todo e as Partes. In: _____. *Dialética e Cultura*. Tradução de Giseh Vianna Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1967.

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. Tradução de Juarez Guimarães e Suzanne F. Léwy. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, Karl [1845]. Teses sobre Feuerbach. Tradução de Marcelo Backes. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MERQUIOR, José Guilherme. *O Liberalismo – antigo e moderno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo – de onde vem, para onde vai?*. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

SMITH, Adam. *An Inquiry Into the Nature and Causes of the Wealth of Nations*. Chicago: Encyclopaedia Britannica, 1952.